

Religião e representação política: a presença evangélica na disputa eleitoral brasileira

Rafael Bruno Gonçalves*

Resumo

A proposta deste artigo consiste em realizar uma análise da atuação evangélica na política brasileira. O que entra em jogo no discurso deste “novo ator” político, qual a relação destes evangélicos com outras forças que compõem o ambiente eleitoral em períodos de efervescência política são questões a serem abordadas neste trabalho. Se nas eleições de 1998 foi identificada uma presença significativa no total de parlamentares eleitos, em 2002 este número atingiu o seu ápice, foram cerca de setenta evangélicos. No entanto, o mesmo não pode ser dito sobre a legislatura eleita em 2006, quando este número evidenciou uma queda drástica. O atual sistema político brasileiro contribui muito para este tipo de fenômeno, ou seja, a ascensão de políticos religiosos. O sistema partidário é muito frágil, os eleitores escolhem seus candidatos através de qualidades pessoais, e neste aspecto, 2010 não foi diferente.

Palavras-chave: eleições, comportamento político, legislativo, deputados evangélicos.

Religion and political representation: the evangelical presence in the electoral battle in Brazil

Abstract

This article aims at presenting an analysis of the evangelical performance in Brazilian politics. Some of the questions brought up in this work are what is included in the discourse of this new "political actor" and what is the relationship between these evangelicals and the other forces which comprise the electoral environment in times of political effervescence. If in the elections of 1998 a significant presence of evangelicals in the total of elected parliamentarians has been identified, in 2002 this presence has reached its ceiling, totalizing around seventy evangelicals. However, the same cannot be said on the elect legislature in 2006, when this number evidenced a drastic fall. Brazil's current political system contributes a lot to the ascension of religious politicians. The party system is very fragile, with voters choosing their candidates through personal qualities, and in this aspect, 2010 was not different.

Key words: elections, political behaviour, legislative, evangelical congressmen.



* **RAFAEL BRUNO GONÇALVES** é Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, ISP-UFPEL.

Introdução

O ano eleitoral é considerado um período atípico da democracia brasileira. Novos e velhos atores políticos buscam mobilizar as suas bases, aparecendo na mídia freqüentemente em diversas ocasiões. O ano de 2010 com certeza não foi diferente, bem como a presença de candidatos evangélicos para cargos políticos. Nas últimas legislaturas da Câmara Federal, foi possível diagnosticar uma breve oscilação no número de parlamentares religiosos eleitos. Se em 1998 foi identificada uma presença significativa no total de parlamentares, em 2002 este número atingiu o seu ápice, foram cerca de setenta deputados federais evangélicos eleitos. O mesmo não pode ser dito na legislatura seguinte, eleita em 2006, quando este número evidenciou uma queda drástica.

Quanto a isso, algumas questões se levantam: o que as eleições de 2010 demonstraram? Foi possível identificar um novo crescimento deste ator nas arenas eleitorais, ou tratou-se de apenas mais uma legislatura eleita com um número reduzido de parlamentares evangélicos com uma atuação tímida nas eleições para Presidente da República?

A proposta deste artigo é de realizar uma análise da atuação dos evangélicos na política brasileira, o papel do partido para estas denominações confessionais, o que entra em jogo no discurso deste “novo ator” político, e a relação destes evangélicos com outras forças que compõem o ambiente eleitoral em períodos de efervescência política.

É importante destacar que em matéria divulgada na Folha de São Paulo Online do dia 26 de abril de 2010, é possível identificar que a corrida pelo apoio

evangélico nas eleições já havia começado. Ambas as candidaturas, de José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), já demonstravam interesse em mobilizar esta parcela do eleitorado no pleito de outubro. Independente do apoio obtido ou não por parte destas lideranças políticas é necessário salientar a relevância dada a este segmento, assim como a capacidade de ascensão política de profissionais religiosos, como bispos, pastores ou simplesmente comunicadores vinculados aos meios de comunicação evangélicos. Outro dado importante neste processo eleitoral foi a presença, pela primeira vez, de uma candidata evangélica, Marina Silva (PV), adepta da Igreja Pentecostal Assembléia de Deus, na disputa presidencial.

Evangélicos na esfera política

Grande parte do eleitorado brasileiro é composto por seguidores de denominações evangélicas. Considera-se evangélico, no caso brasileiro, tanto as igrejas pentecostais, neopentecostais, como as Batistas, Metodistas, Presbiterianas, etc, com destaque para a Igreja Assembléia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus. Estas duas igrejas foram representadas na 52ª Legislatura da Câmara Federal, entre 2003 e 2006, por nada menos que 44 deputados federais. Este dado, por si só, já comprova a importância de se investigar a inserção evangélica na política institucional. No entanto, cabe destacar que esta participação não é recente, já nos anos 30, os evangélicos estavam presentes em cargos do executivo, inclusive com a organização de associações protestantes com objetivos políticos (CAMPOS, 2006). Mas foi na Assembléia Constituinte, eleita em 1986, que houve um verdadeiro salto no número de evangélicos eleitos. Segundo o trabalho

de Antonio Pierucci (1989), este segmento chegou ao total de 34 parlamentares.

Verificando a participação dos evangélicos no Legislativo, percebe-se

uma mudança em termos numéricos, de uma gestão para outra. A tabela a seguir expõe estes dados:

Tabela 1

A representação evangélica na Câmara Federal nas últimas quatro legislaturas (1998-2010)

Legislatura	Total de Parlamentares
Eleitos para a 51ª Legislatura (1998)	44
Eleitos para a 52ª Legislatura (2002)	68
Eleitos para a 53ª Legislatura (2006)	32
Eleitos para a 54ª Legislatura (2010)	63
Total nas últimas quatro legislaturas	207

Fontes: Campos (2006); DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)
Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/14637>

Verifica-se uma mudança significativa no quadro de parlamentares eleitos, principalmente na penúltima legislatura, quando esta representação diminui. São várias as razões para a queda no número de evangélicos eleitos para a 53ª Legislatura, no entanto, as notícias divulgadas nos grandes meios de comunicação, detalhando o suposto envolvimento de parlamentares evangélicos em escândalos de corrupção como o “mensalão” e o esquema das ambulâncias, e a consequente abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) resultou no afastamento de alguns parlamentares e a renúncia em 2005 da principal liderança política pertencente ao meio evangélico, o Deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ), ex-coordenador político da Igreja Universal do Reino de Deus na Câmara Federal. Ambos os escândalos serão

retratados nas últimas seções deste artigo.

A partir do exposto acima, é possível afirmar que estes dados evidenciarão uma nova queda, por parte dos evangélicos, na disputa pelo pleito de 2010. No entanto, os números comprovam um crescimento significativo deste segmento na política institucional. O desempenho de algumas lideranças evangélicas já havia sido identificado nas eleições municipais de 2008, conforme mostra os dois exemplos a seguir.

Naquele ano, no município do Rio de Janeiro, o Bispo da Igreja Universal Marcelo Crivella (PRB) consolidou-se como a terceira força política com o total de 625.237 votos, ou seja, 19% dos votos válidos para prefeito. Crivella é Senador pelo estado do Rio de Janeiro,

sobrinho do Bispo Edir Macedo, principal líder da Igreja Universal. Já no outro caso, em Salvador na Bahia, o atual Deputado Federal Walter Pinheiro (PT), membro da Igreja Batista, foi ao segundo turno, mas acabou perdendo, totalizando 535. 492 votos, isto é, 41% dos votos válidos.

Os números alcançados por estes candidatos demonstraram a força política que o segmento evangélico possuía em um período muito próximo à corrida presidencial de 2010, principalmente em Municípios com um grande contingente eleitoral, como Rio de Janeiro e Salvador. É evidente que uma eleição presidencial e uma municipal representam processos diferentes, no entanto, demonstram a mobilidade eleitoral do público evangélico em períodos de agitação política. Entretanto, foi possível identificar esta “agitação” na corrida presidencial de 2010? Os dados a seguir demonstram que no período que compreende as três campanhas eleitorais anteriores ao pleito de 2010 (1998, 2002 e 2006), a presença evangélica sempre foi constante e decisiva em determinadas circunstâncias.

Os últimos anos da era FHC

Após uma mudança na Constituição Nacional, Fernando Henrique Cardoso, garantiu o direito de se candidatar à reeleição. O governo FHC vinha de fortes ajustes da área econômica, seus dois mandatos foram marcados por uma política que atendia aos interesses neoliberais, com altos níveis de desemprego e privatizações em larga escala.

Neste contexto, nas eleições de 1998, a maioria evangélica estava próxima de FHC (CAMPOS, 2006), porém, a ala evangélica da Igreja Universal, iniciou

uma tímida aproximação à candidatura de Lula (PT). Lula e o seu partido sempre foram considerados uma forte ameaça política pelos evangélicos. O temor pelo “comunismo”, ou uma possível aliança do PT com o clero católico, colocava os evangélicos em uma linha antagônica aos partidos de esquerda, aderindo assim, as candidaturas de direita, como por exemplo, a candidatura de Collor em 1989 (MARIANO; PIERUCCI, 1992).

Por se caracterizarem como uma religião perseguida, para a comunidade evangélica, a chegada ao poder de um partido de esquerda no país era motivo de pânico. Entretanto, aos poucos este temor foi ficando de lado, e os partidos considerados de esquerda¹ começaram a ganhar confiança, alguns inclusive, sendo representados no Congresso Nacional por parlamentares vinculados a denominações pentecostais. Nos meios de comunicação evangélicos da Igreja Universal, o apoio dado a Lula nas eleições de 1998 já era evidente (CAMPOS, 2006), não foram poupadas frases e manifestações de apoio ao candidato petista.

Campos (2006) acredita que o voto evangélico nas eleições de 1998 pouco alterou o quadro eleitoral. No entanto, a força do segmento evangélico já era evidente. Fato que comprova isto foi a eleição de 44 deputados federais, majoritariamente pertencentes às duas maiores denominações evangélicas brasileiras: Igreja Assembléia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus.

¹ É importante salientar que não são poucos os estudos que estabelecem diferenças entre estas organizações políticas, de esquerda, centro e direita. Este artigo obedece aos critérios organizados por Rodrigues (1987), Power (2000) e Mainwaring (2001) principalmente naqueles trabalhos que buscam uma localização ideológica dos partidos políticos no Congresso Nacional.

2002: a abertura de um novo ciclo

Se nas eleições presidenciais de 1998 o apoio evangélico à candidatura de Lula (PT), dado principalmente pela Igreja Universal era tímido, nas eleições de 2002 o quadro muda completamente. O Partido Liberal (PL), naquela ocasião, era controlado pelo setor evangélico, tendo como principal referência o Deputado Federal Bispo Rodrigues (PFL-RJ), apesar da predominância evangélica, o partido viria a se coligar ao PT futuramente. No entanto, existia uma candidatura presidencial dita evangélica, tratava-se do ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Com isso, os evangélicos estavam divididos, porém, em um primeiro instante resolveram apoiar a candidatura presidencial de Garotinho, já no segundo turno, o apoio evangélico foi dado a Lula. Cabe lembrar que este apoio foi dado pelos membros da Igreja Universal. A Igreja Assembléia de Deus na sua Convenção Nacional, em outubro de 2002, resolveu apoiar a candidatura de José Serra (PSDB) para presidência, da mesma forma que a Igreja do Evangelho Quadrangular. Fato semelhante a este também ocorreu nas eleições majoritárias dos Estados (ORO, 2003).

O ano de 2002 pode ser considerado o ponto culminante no que diz respeito à participação dos evangélicos na política brasileira e muito se deve à mudança do discurso empregado durante a campanha eleitoral. Foram eleitos, naquele período, cerca de setenta parlamentares, número nunca antes atingido por este segmento em legislaturas anteriores, desde o processo de redemocratização no Brasil pós 1985. O extensivo uso da mídia por parte do setor evangélico, o crescimento do quadro de fiéis brasileiros em um

curto período, o discurso empregado por determinadas lideranças eclesiais, assim como as alianças eleitorais identificadas neste período foram fatores determinantes para o bom êxito evangélico na empreitada pela via política.

Joanildo Albuquerque Burity (BURITY, 2006), desenvolve um importante trabalho sobre este tema e relata a discussão acerca da participação dos evangélicos na política, mais precisamente no processo eleitoral brasileiro de 2002. O autor argumenta que, naquele período, existiam diferentes posicionamentos sobre a inserção dos evangélicos na esfera política. Alguns discursos empregados por políticos, burocratas e intelectuais, acabaram caracterizando esta participação como uma “ameaça para a Democracia do País”, levantando diversas suspeitas sobre as “intenções” e o grau de “compromisso democrático” destes novos atores. (BURITY, 2006).

Independente da questão levantada sobre a ameaça ou não à Democracia pode-se concluir aquilo que Campos (2006) identifica como contaminação política das denominações evangélicas, identificadas no processo eleitoral de 2002. A inserção no campo político superou as expectativas, em virtude do grande número de evangélicos eleitos para cargos legislativos. Seria esta a constituição de uma “bancada evangélica”?

2006: a queda

Numericamente, o segmento evangélico estava bem distribuído no Congresso Nacional. Mas, ao representar partidos de diferentes orientações ideológicas, majoritariamente concentrados nos partidos tradicionais de direita e centro-direita, estes deputados evangélicos ocuparam importantes posições desde

os primórdios da 52ª Legislatura. Marcaram presença a partir da participação em Comissões Permanentes, e também através da criação da Frente Parlamentar Evangélica, organismo que acabou envolvendo deputados de diferentes filiações partidárias pertencentes a diversas denominações evangélicas. Destaque também para o desempenho de senadores evangélicos, através de propostas de Projetos de Lei e Emendas Constitucionais.

Contudo, o ano de 2006 viria a representar um verdadeiro período obscuro para a ala pentecostal. Começaram a surgir denúncias de envolvimento de parlamentares evangélicos em esquemas de corrupção, principalmente no “escândalo das sanguessugas”, esquema investigado pela Polícia Federal que envolvia quadrilhas que negociavam verbas destinadas a compra de ambulâncias diretamente com os parlamentares, gerando um esquema de superfaturamento e propinas. Em 2006 foi criada uma CPI para investigar o esquema, o relatório final desta Comissão revelou o envolvimento de nada menos que 72 deputados federais, segundo divulgação do Corregedor Geral da Câmara naquela ocasião, entre estes 72 parlamentares com recomendação para cassação do mandato, 28 eram evangélicos. No Senado não era diferente, Magno Malta (PL-RJ), Senador e membro da Igreja Batista também estava sendo investigado pelo envolvimento na máfia das sanguessugas.

No entanto, cabe destacar que o pesadelo evangélico já começara em 2005, com o esquema de distribuição de verbas para deputados federais votarem com o governo, escândalo conhecido como o “mensalão”. Entre os nomes

envolvidos neste esquema, constavam os deputados Bispo Carlos Rodrigues (PL-RJ) e Wanderval Santos (PL-SP), o primeiro renunciou o mandato, o segundo conseguiu ser absolvido. Ambos pertenciam a Igreja Universal.

O PL, que apoiou o PT e fez parte da coligação sempre votando a favor do governo, perdia naquele momento uma das suas principais lideranças na Câmara, o deputado Bispo Rodrigues, envolvido desde o início no esquema de corrupção.

O que levou este envolvimento em grande escala por parte dos evangélicos nestes escândalos de corrupção é tema para um infindável número de pesquisas. No entanto, neste caso a corrupção parece ser fruto de um conjunto de incentivos institucionais que gera espaços para comportamentos oportunistas das pessoas (RENNÓ & SOARES, 2006). Pensando apenas nos seus interesses ou de suas corporações, estes parlamentares parecem não temer as consequências que ocasionam estes envolvimentos, demonstrando, assim, que a corrupção é praticamente generalizada nestas circunstâncias.

Mas o resultado deste envolvimento aparece nas eleições de outubro de 2006. Houve uma queda de 18% no número de evangélicos eleitos² entre a 52ª e a 53ª Legislaturas da Câmara. Apenas 17 parlamentares evangélicos conseguiram se reeleger. Os principais motivos: o envolvimento no esquema do mensalão e o escândalo da máfia das ambulâncias, onde diversos parlamentares ainda respondiam a acusações criminais. Mesmo com esta queda, os dois candidatos presidenciais que foram ao segundo

² Segundo matéria divulgada no site O Verbo: Notícias Cristãs. Disponível em: <http://www.overbo.com.br/porta/2007/05/14/3485/>. Acesso em 13/07/2010.

turno em 2006, buscaram apoio por parte das lideranças evangélicas, Geraldo Alckmin (PSDB) contou com o apoio da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil e Lula (PT) tinha o apoio de alguns membros da Assembléia de Deus e de lideranças políticas, bispos, pastores e músicos vinculados a Igreja Universal.

Sobre a candidatura de Lula à reeleição, este realizou em outubro de 2006 um encontro no Palácio da Alvorada com várias personalidades evangélicas. No final da cerimônia, agradecimentos ao candidato Lula, citação de salmos bíblicos e manifestações de apoio. Aquele mesmo Lula que representava para a maioria dos evangélicos, nas eleições de 1989, o perigo do comunismo e do ateísmo, agora passava a ser considerado como o “Homem de Jesus”.

Com uma campanha eleitoral mais discreta, novamente os evangélicos conseguem eleger seus representantes para o Congresso Nacional nesta ocasião. A Frente Parlamentar Evangélica ainda estava presente, porém, com um número bastante reduzido, apenas 14 deputados federais.

Considerações finais

Conforme foi exposto neste artigo, as eleições de 2010 evidenciaram, de forma muito semelhante aos processos eleitorais passados, um crescimento dos evangélicos nos espaços políticos, tanto no executivo como no legislativo brasileiro. Neste sentido, a corrida pelo apoio evangélico já havia começado em abril de 2010, através da publicação de manifestos, presença em cultos nas igrejas, reuniões com lideranças pentecostais e a presença constante nos meios de comunicação³. Tudo isto

parecia ganhar novos contornos, mas ainda assim, manifestavam a força eleitoral dos evangélicos.

O que os números das últimas legislaturas demonstram é uma oscilação neste quadro de representação no Congresso Nacional. Nas eleições de 2010, esta representação cresceu significativamente. Obviamente não no nível registrado nas eleições de 2002, em virtude dos escândalos de corrupção envolvendo uma parcela deste segmento, mas em comparação com a legislatura eleita em 2006. O ano de 2002 representou o apogeu desta participação, a classe política brasileira apresentou profundas alterações, não apenas com a inserção de um maior número de políticos evangélicos, mas com a presença significativa de profissionais de outros ramos, como o da comunicação, segurança, educação e um contingente de sindicalistas.

Cabe destacar que, diante de alguns fatos observados nos últimos pleitos, é possível afirmar que os evangélicos se comportam como segmento governista na política. Na grande maioria dos casos investigados, apóiam aquele candidato que tem reais possibilidades de ganhar as eleições presidenciais, assim, realizam acordos para satisfazer os interesses da sua denominação religiosa ou grupo confessional na qual está inserido.

O atual sistema político brasileiro contribui muito para este tipo de fenômeno, ou seja, a ascensão de

aberto garantiu forte presença na propaganda eleitoral gratuita de ambos os candidatos à Presidência. No segundo turno, José Serra apostou na figura do pastor Silas Malafaia, Presidente da Assembléia de Deus Vitória em Cristo, conhecido pelas suas posições polêmicas contra o aborto e o homossexualismo. Nesta etapa da disputa eleitoral, Dilma Rousseff decidiu lançar uma carta manifestando sua fé religiosa e a posição contrária ao aborto.

³ Durante a campanha eleitoral de José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), a questão do

políticos religiosos. O sistema partidário é muito frágil, os eleitores escolhem seus candidatos através de qualidades pessoais, neste ponto bispos e pastores largam na frente, o debate programático está cada vez mais distante, o voto pessoal ganha proporções gigantescas e, neste aspecto, o pleito de 2010 não apresentou diferenças.

Também tendo em vista o crescimento da participação evangélica nos importantes órgãos de discussão e deliberação política, como a Câmara Federal, é importante ressaltar que o grupo evangélico demonstrou a sua capacidade de influência política no exercício de suas funções previstas na Constituição Federal. No entanto, é preciso lembrar que este assim denominado “grupo evangélico” apresenta uma pluralidade de posicionamentos, evidenciando uma maior liberdade no que diz respeito à atuação no espaço legislativo.

Referências

BURITY, J. A. Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002. In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. D. C. **Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

CAMPOS, L. S. Os políticos de Cristo – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. D. C. **Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

MAINWARING, S. **Sistemas Partidários em novas democracias: O caso do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MARIANO, R.; PIERUCCI, A. F. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. **Novos Estudos**. CEBRAP, n. 34, p. 92-106, 1992.

ORO, A. P. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religiosos e político brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18. n. 53. p. 54-69, 2003.

PIERUCCI, F. A. Representantes de Deus em Brasília: A Bancada Evangélica na Constituinte. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo: Vértice - Anpocs, 1989.

POWER, T. J. **The Political Right in Postauthoritarian Brazil: elites, institutions, and democratization**. College Station, Pennsylvania State: Universit Press, 2000.

RENNÓ, L. R.; SOARES, G. A. D. Crise, castigo e reforma. In: RENNO, L. R.; SOARES, G. A. D. **Reforma política: lições da história recente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RODRIGUES, L. M. **Quem é quem na Constituinte: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados**. São Paulo: Oesp – Maltese, 1987.

Internet

Diários Oficiais da Câmara dos Deputados. Disponível em:

http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp. Acesso em: 22/01/2010.

DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). Disponível em:

<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/14637>. Acesso em: 01/12/2010.

Jornal Folha de São Paulo (Online) de 26/04/2010. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u725952.shtml>. Acesso em: 19/07/2010.

O Verbo: Noticias Cristãs. Disponível em: <http://www.overbo.com.br/portal/2007/05/14/3485/>. Acesso em 13/07/2010.